

<i>Nota à 12ª edição</i>		7
Capítulo I	— O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
I	— <i>Introdução</i>	25
II	— <i>Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i> a) <i>Supremacia do interesse público sobre o privado</i> , 30; b) <i>Indisponibilidade, pela Administração, dos</i> <i>interesses públicos</i> , 34	
III	— <i>Valor metodológico da noção de regime</i> <i>administrativo</i>	48
Capítulo II	— PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
I	— <i>Princípios expressos e implícitos</i>	56
	1ª) <i>Princípio da supremacia do interesse público</i> <i>sobre o interesse privado</i> , 57 (Conceito de interesse público, 57; Conseqüências da supremacia do inte- resse público sobre o interesse privado, 67; A supre- macia do interesse público e os “poderes” da Admi- nistração, 68); 2ª) <i>Princípio da legalidade</i> , 71; 3ª) <i>Princípio da finalidade</i> , 77; 4ª) <i>Princípio da razoa- bilidade</i> , 79; 5ª) <i>Princípio da proporcionalidade</i> , 81; 6ª) <i>Princípio da motivação</i> , 82; 7ª) <i>Princípio da</i> <i>impessoalidade</i> , 84; 8ª) <i>Princípio da publicidade</i> , 84; 9ª) <i>Princípios do devido processo legal e da</i> <i>ampla defesa</i> , 85; 10ª) <i>Princípio da moralidade</i> <i>administrativa</i> , 89; 11ª) <i>Princípio do controle judi- cial dos atos administrativos</i> , 90; 12ª) <i>Princípio da</i> <i>responsabilidade do Estado por atos administrati-</i>	

vos, 91; 13^a) *Princípio da eficiência*, 92; 14^a) *Princípio da segurança jurídica*, 92

II — *Restrições excepcionais ao princípio da legalidade*

a) *Medidas provisórias*, 95; b) *Estado de defesa*, 102; c) *Estado de sítio*, 103

Capítulo III

— **A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

I — *Os órgãos e as competências públicas* 105

Órgãos públicos, 106; *Classificação dos órgãos*, 107; *Competências públicas*, 108 (Conceito de competência, 110; Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia, 112; Prescrição, decadência e preclusão, 115; Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa, 117; Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público, 118; Pretensões da Administração contra o administrado, 120; “Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação, 121; Prescrição das ações judiciais contra o administrado, 123)

II — *Centralização e descentralização administrativa* 124

Desconcentração, 125; *A hierarquia e os poderes do hierarca*, 125; *Distinção entre descentralização e desconcentração*, 126; *O controle*, 126

III — *Organização administrativa da União: Administração direta e indireta* 126

Critério classificador do Decreto-lei 200, 128

IV — *Autarquias*

Conceito, 130; *Criação e extinção*, 131; *Responsabilidade*, 132; *Regime jurídico*, 132 (a) *Relações com a pessoa que as criou*, 133; (b) *Relações com terceiros*, 136; (c) *Relações internas*, 138); *Autarquias especiais ou sob regime especial*, 139

V — *Fundações públicas*

Conceito legal: impropriedade, 141; *Natureza das fundações públicas*, 143

VI	<p>— <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i></p> <p><i>Conceito de empresa pública</i>, 144 (Conceito legal: impropriedade, 145); <i>Conceito de sociedade de economia mista</i>, 149 (Conceito legal: impropriedade, 149); <i>As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista</i>, 151; <i>Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências</i>, 151; <i>Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado</i>, 154; <i>Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista</i>, 156 (Empresas estatais e concessão de serviço público, 157); <i>A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais</i>, 159; <i>O regime jurídico das empresas estatais</i>, 161 (a) Relações com a pessoa que as criou, 161; b) Relações com terceiros, 166; c) Relações internas, 177)</p>	
VII	<p>— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i></p> <p><i>Contrato de gestão</i>, 180; <i>Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta</i>, 182 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 188; <i>Contrato entre órgãos?</i>, 189); <i>Contratos de gestão entre o Estado e as "organizações sociais"</i>, 191; <i>Organizações sociais</i>, 192; <i>Organizações da sociedade civil de interesse público</i>, 198; <i>Agências executivas</i>, 199; <i>Agências reguladoras</i>, 201</p>	179
Capítulo IV	<p>— O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</p>	
I	<p>— <i>Controle interno e externo</i></p> <p>a) <i>Controle interno</i>, 206; b) <i>Controle externo</i>, 207</p>	204
II	<p>— <i>Controle parlamentar direto</i></p> <p>a) <i>Sustação de atos e contratos do Executivo</i>, 207; b) <i>Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor</i>, 207; c) <i>Comissões Parlamentares de Inquérito</i>, 208; d) <i>Autorizações ou aprovações do Congresso necessá-</i></p>	207

rias para atos concretos do Executivo, 208; e) Poderes controladores privativos do Senado, 209; f) Julgamento das contas do Executivo, 209; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros, 210

III	— Controle pelo Tribunal de Contas	210
	a) <i>Compostura e composição do Tribunal de Contas, 210; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 211; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 212</i>	
IV	— Controle jurisdicional (panorama)	213
	a) <i>“Habeas corpus”, 214; b) Mandado de segurança, 214; c) “Habeas data”, 215; d) Mandado de injunção, 215; e) Ação popular, 216; f) Ação civil pública, 217; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 217</i>	

Capítulo V

— **SERVIDORES PÚBLICOS**

I	— Agentes públicos	218
II	— Classificação dos agentes públicos	221
	a) <i>Agentes políticos, 221; b) Servidores estatais, 222; Servidores públicos: conceito e espécies, 222; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 223; c) Particulares em colaboração com a Administração, 224</i>	
III	— Os servidores estatais na Constituição	224
IV	— Servidores titulares de cargos e servidores ocupantes de empregos públicos	225
	a) <i>Cargos públicos, 225; b) Funções públicas, 226; c) Empregos públicos, 227</i>	
V	— Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público	227
VI	— Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais	228
VII	— Objeto das normas constitucionais sobre pessoal	229
VIII	— Normas de contenção de despesas com os servidores estatais	229
	a) <i>Limite global de despesas com pessoal, 229; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 233; c) Proibição a União e Estados de</i>	

aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 233

- IX** — *Normas relativas à remuneração dos servidores*
 a) *Criação de remuneração por subsídios, 233; b) Limite de remuneração, 235; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 238; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 238; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 238; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 239; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 239*
- X** — *Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados) 240*
 a) *Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 249; Admissão e dispensa nas estatais, 242; b) Contratação excepcional sem concurso, 244; c) Direito de greve e de sindicalização, 245; d) Proibição de acumulação remunerada, 245; e) Sanção por improbidade administrativa, 246*
- XI** — *Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos 246*
 a) *Irredutibilidade de vencimentos, 247; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 247; c) Estabilidade, 248; d) Disponibilidade, 249; e) Aposentadoria e proventos, 249 (A contribuição previdenciária prevista pela Lei 9.783/99, 252); f) Revisão de proventos, 256; g) Pensão por morte, 256; Situação dos atuais servidores, 256*
- XII** — *Servidores sujeitos ao regime de cargos e servidores sujeitos ao regime de emprego 259*
- XIII** — *Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores alcançados pela Emenda 19 263*
- XIV** — *Os cargos públicos 269*
 a) *Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 269; b) Classificação dos cargos, 269; Cargos em comissão, 270; Cargos de provimento efetivo, 270; Cargos vitalícios, 272; c) Lotação dos cargos e “redistribuição”, 272*

XV	— O provimento em cargo público: conceito e formas	272
	a) <i>Provimento autônomo ou originário</i> , 273; <i>Nomeação</i> , 273; <i>Posse</i> , 274; b) <i>Provimientos derivados</i> , 275; <i>Provimento derivado vertical (promoção)</i> , 275; <i>Provimento derivado horizontal (readaptação)</i> , 275; <i>Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução)</i> , 276	
XVI	— Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários	277
	a) <i>Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 277; <i>Direitos e vantagens de ordem pecuniária</i> , 277; <i>Direitos de ausência ao serviço</i> , 279; <i>Aposentadoria</i> , 284; b) <i>Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 284	
XVII	— Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários	286
	<i>Prescrição</i> , 289	
XVIII	— Sindicância e processo administrativo	289

Capítulo VI	— O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO	
I	— <i>Introdução</i>	294
II	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i> ..	296
III	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i>	296
IV	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i>	297
V	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i>	303
VI	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i>	307
VII	— <i>O objeto da competência regulamentar</i>	312
VIII	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	319
IX	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	321

Capítulo VII — **ATOS ADMINISTRATIVOS**

I	— <i>Considerações introdutórias</i>	
	a) <i>Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos</i> ,	

	323; b) <i>O problema da conceituação do ato administrativo</i> , 327	
II	— <i>Atos da Administração e atos administrativos</i> ...	327
III	— <i>Conceito de ato administrativo</i>	329
IV	— <i>Perfeição, validade e eficácia</i>	331
V	— <i>Requisitos do ato administrativo</i>	333
VI	— <i>Elementos do ato</i> <i>Conteúdo</i> , 336; <i>Forma</i> , 337	
VII	— <i>Pressupostos do ato</i> <i>Pressupostos de existência</i> , 338; <i>Pressupostos de validade</i> , 339; <i>Sujeito (pressuposto subjetivo)</i> , 339; <i>Motivo (pressuposto objetivo)</i> , 340 (Motivo do ato e motivo legal, 341; Motivo e móvel, 342; O papel da vontade no ato administrativo, 342; Motivo e motivação, 343; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 343; Teoria dos motivos determinantes, 346); <i>Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo)</i> , 346; <i>Finalidade (pressuposto teleológico)</i> , 347 (Teoria do desvio de poder, 348); <i>Causa (pressuposto lógico)</i> , 350; <i>Formalização (pressuposto formalístico)</i> , 351	
VIII	— <i>O silêncio no Direito Administrativo</i>	353
IX	— <i>Atributos dos atos administrativos</i>	356
	<i>Casos em que cabe excoçutoriedade</i> , 361; <i>Defesas contra a excoçutoriedade</i> , 362	
X	— <i>Classificação dos atos administrativos</i>	362
	a) <i>Quanto à natureza da atividade</i> , 362; b) <i>Quanto à estrutura do ato</i> , 363; c) <i>Quanto aos destinatários do ato</i> , 363; d) <i>Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática</i> , 364; e) <i>Quanto à função da vontade administrativa</i> , 364; f) <i>Quanto aos efeitos</i> , 365; g) <i>Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados</i> , 365; h) <i>Quanto à situação de terceiros</i> , 365; i) <i>Quanto à composição da vontade produtora do ato</i> , 365; j) <i>Quanto à formação do ato</i> , 366; l) <i>Quanto à natureza das situações jurídicas que criam</i> , 366; m) <i>Quanto à posição jurídica da Administração</i> , 367	
XI	— <i>Vinculação e discricionariedade</i>	368
XII	— <i>Atos administrativos "in specie"</i> <i>Em função do conteúdo</i> , 375; <i>Como formas de manifestação de outros atos</i> , 377	

XIII	— <i>Procedimento administrativo</i>	379
XIV	— <i>Panorama da extinção dos atos administrativos</i>	381
XV	— <i>Revogação</i> <i>Conceito, 385; Sujeito ativo da revogação, 385; Objeto da revogação, 386; Fundamento da revogação, 387; Motivos da revogação, 389; Efeitos da revogação, 390; Natureza do ato revogador, 391; Limites ao poder de revogar, 392; Revogação e indenização, 393</i>	
XVI	— <i>Invalidade dos atos administrativos</i>	395
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 396; Objeto da invalidação, 396; Fundamento da invalidação, 397; Motivo da invalidação, 397; Efeitos da invalidação, 398; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 398; Atos irregulares, 402; Comentários às diferentes teorias, 402; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 403; Convalidação, 405; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 406; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 409; Regime dos atos inválidos, 410; Invalidação e dever de indenizar, 410 (Direito de resistência contra atos inválidos, 411)</i>	
XVII	— <i>Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação</i>	413
XVIII	— <i>Diferenças entre revogação e invalidação</i>	414
Capítulo VIII	— O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO	
I	— <i>Conceito de procedimento administrativo</i>	416
	<i>Procedimento e ato complexo, 422</i>	
II	— <i>Requisitos do procedimento</i>	423
III	— <i>Importância do procedimento Administrativo. Atualidade do tema</i>	424
IV	— <i>Objetivos do processo ou procedimento</i>	427
V	— <i>Espécies de procedimento</i>	428
VI	— <i>Fases do processo ou procedimento</i>	430
VII	— <i>Princípios do procedimento</i>	431
VIII	— <i>Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo</i>	435

IX	— <i>Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado</i>	440
X	— <i>O processo (ou procedimento) na legislação federal</i>	441
	<i>Âmbito de abrangência, 442; Competência, 442; Princípios do processo e garantias do administrador, 443; Seqüência processual, 448; Prazos processuais, 451; Revogação, anulação e convalidação, 452</i>	
Capítulo IX	— LICITAÇÃO	
I	— <i>Conceito e finalidades</i>	454
II	— <i>A legislação sobre licitação</i>	457
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 461</i>	
III	— <i>Os princípios da licitação</i>	462
IV	— <i>Quem está obrigado a licitar</i>	465
V	— <i>Os pressupostos da licitação</i>	467
VI	— <i>O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação</i>	468
	<i>Bens singulares, 469; Serviços singulares, 470; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 470; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 471; Inexigibilidade de licitação, 474; Serviços técnicos de natureza singular, 476; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 479; Licitação proibida, 479</i>	
VII	— <i>Modalidades da licitação</i>	480
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 486; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 487; Registros cadastrais, 488; O registro de preços, 489; Comissões de licitação, 490; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 490; Alienação de bens, 492; Licitações internas e licitações internacionais, 492</i>	
VIII	— <i>Etapas interna e externa da licitação</i>	493
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 494; Vedações nas licitações, 494</i>	
IX	— <i>Fases da licitação</i>	496
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 496; Exame das propostas, 497; Confirmação do resultado e outorga</i>	

	<i>do objeto, 497; Esquema analítico das fases, 499; Sequência procedimental da concorrência, 499</i>	
X	— <i>O edital</i>	501
	<i>Vícios do edital, 505</i>	
XI	— <i>A habilitação</i>	505
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 511; Consórcios, 511; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 512; Comparecimento de um único licitante, 513; Pré-qualificação, 513; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 514; Efeito jurídico da habilitação, 514; Vícios da habilitação, 515</i>	
XII	— <i>O julgamento</i>	516
	<i>Requisitos das propostas, 516; Objetividade do julgamento, 519; Classificação, 519; Desempate entre as propostas, 520; Os “tipos” de licitação, 520; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 523; Classificação de uma só proposta, 523; Vícios da classificação, 523; Efeito jurídico da classificação, 524</i>	
XIII	— <i>Homologação e adjudicação</i>	525
XIV	— <i>Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior</i>	526
XV	— <i>Recursos administrativos</i>	526
XVI	— <i>O procedimento licitatório e suas conseqüências</i>	527
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 527; Revogação da licitação, 528; Anulação da licitação, 529</i>	
XVII	— <i>Crimes</i>	531
XVIII	— <i>Licitação e mandado de segurança</i>	531
Capítulo X	— <i>O CONTRATO ADMINISTRATIVO</i>	
I	— <i>Introdução</i>	533
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 534</i>	
II	— <i>O contrato administrativo no Direito francês</i> ...	535
III	— <i>O contrato administrativo na doutrina brasileira</i>	537
IV	— <i>Conceito de contrato administrativo</i>	539

V	— <i>Características do chamado “contrato administrativo”</i>	541
	<i>A lógica do contrato administrativo, 542</i>	
VI	— <i>O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro</i>	543
	<i>Alteração unilateral do contrato, 545; Alteração bilateral do contrato, 545; Extinção unilateral do contrato, 546; Outras hipóteses de extinção, 547; A “exceptio non adimpleti contractus”, 547; Prazo e prorrogação dos contratos, 547; Formalidades do contrato administrativo, 549; Eficácia dos contratos administrativos, 549; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 550; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 557</i>	
VII	— <i>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</i>	558
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 561; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 564</i>	
VIII	— <i>A cláusula “rebus sic stantibus”</i>	566
IX	— <i>A teoria da imprevisão</i>	567
X	— <i>As cláusulas de reajustes de preços</i>	570
XI	— <i>Os reajustes e os índices oficiais</i>	571

Capítulo XI	— <i>SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO</i>	
I	— <i>Conceito de serviço público</i>	575
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 577; b) Elemento formal caracterizador do serviço público, 578</i>	
II	— <i>Serviços públicos e outras atividades estatais</i> ...	580
	<i>Serviço público e obra pública, 580; Serviço público e poder de polícia, 581; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 583</i>	
III	— <i>Serviços públicos por determinação constitucional</i>	584
IV	— <i>Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público</i>	586

- V — *Intervenção do Estado no domínio econômico ..* 588
Atividades privadas sob regime especial, 593;
Monopólio, 595
- VI — *Serviços públicos e serviços governamentais* 596

Capítulo XII

— **CONCESSÕES E PERMISSÕES DE
SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES
JURÍDICOS**

- I** — *Concessão de serviços públicos: conceito
e noções gerais* 600
*A exploração do serviço como forma de remunera-
ção, 601; Concessão e permissão de serviço públi-
co na Constituição e as leis editadas para cumpri-
la, 602; Improriedade das definições legais, 605;*
*Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedi-
dos, 609; Natureza jurídica da concessão de servi-
ço público e suas conseqüências, 610*
- II** — *Forma e condições da outorga do serviço
em concessão* 612
*Licitação das concessões, 613; O “contrato” de
concessão, 618; Transferência da concessão —
Transferência do controle acionário da concessio-
nária e a subconcessão, 618*
- III** — *O prazo nas concessões e sua prorrogação* 620
- IV** — *Os poderes do concedente* 622
- V** — *Os direitos do concessionário* 627
Remuneração do concessionário, 628
- VI** — *As tarifas* 629
*As fontes paralelas (alternativas, complementares)
de receita do concessionário, 632; O equilíbrio eco-
nômico-financeiro na concessão de serviço público
(ou obra pública), 632*
- VII** — *Os direitos dos usuários* 637
- VIII** — *Formas de extinção da concessão e seus
efeitos jurídicos* 638
- IX** — *A reversão dos bens* 643
- X** — *Síntese da composição patrimonial no
encerramento da concessão* 646
- XI** — *Responsabilidade do concessionário e
subsidiária do Estado pelos danos a terceiros
causados em razão do serviço* 646

XII	— <i>Permissão de serviço público</i>	649
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i>	660
Capítulo XIII	— PODER DE POLÍCIA	
I	— <i>Introdução</i>	662
II	— <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i>	666
III	— <i>Fundamento da polícia administrativa</i>	667
IV	— <i>Essência do poder de polícia</i>	668
	<i>Traços característicos, 669</i>	
V	— <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	672
VI	— <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i>	673
VII	— <i>O poder de polícia é discricionário?</i>	674
VIII	— <i>Definição de polícia administrativa</i>	675
IX	— <i>Polícia geral e polícia especial</i>	675
X	— <i>Distinção entre limitações administrativas à propriedade e servidão administrativa</i>	677
XI	— <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i>	680
XII	— <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i>	682
XIII	— <i>Setores da polícia administrativa</i>	683
XIV	— <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i>	684
Capítulo XIV	— DESAPROPRIAÇÃO	
I	— <i>Conceito</i>	686
II	— <i>Fundamentos da desapropriação</i>	691
III	— <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i>	691
IV	— <i>Requisitos da desapropriação</i>	693
V	— <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i> ..	695
VI	— <i>Objeto da desapropriação</i>	695
VII	— <i>Beneficiários da desapropriação</i>	697
VIII	— <i>Fases do procedimento expropriatório</i>	697
IX	— <i>A declaração de utilidade pública</i>	698
X	— <i>A imissão provisória de posse</i>	701

<i>XI</i>	— <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i>	703
<i>XII</i>	— <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i>	707
<i>XIII</i>	— <i>Desapropriação por zona</i>	707
<i>XIV</i>	— <i>Desapropriação indireta</i>	708
<i>XV</i>	— <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i>	709
<i>XVI</i>	— <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i>	710
<i>XVII</i>	— <i>Desapropriação e requisição</i>	725

Capítulo XV	— BENS PÚBLICOS	
<i>I</i>	— <i>Conceito</i>	727
<i>II</i>	— <i>Os bens com relação à sua destinação</i>	727
<i>III</i>	— <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i>	728
<i>IV</i>	— <i>Regime jurídico dos bens públicos</i>	729
<i>V</i>	— <i>Os bens quanto à sua natureza física</i>	731
	<i>a) Bens do domínio hídrico, 731; b) Bens do domínio terrestre, 733 (Domínio do solo, 733; Domínio do subsolo, 737)</i>	
<i>VI</i>	— <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i>	737
<i>VII</i>	— <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i>	738
	<i>a) Utilização dos bens de uso comum, 738; b) Utilização dos bens de uso especial, 743; c) Utilização dos bens dominicais, 743</i>	

Capítulo XVI	— DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL	
<i>I</i>	— <i>Introdução</i>	747
<i>II</i>	— <i>Princípio da legalidade</i>	749
<i>III</i>	— <i>Vinculação e discricionariedade</i>	750
	<i>Mérito do ato, 753</i>	
<i>IV</i>	— <i>Fundamentos da discricionariedade</i>	754
<i>V</i>	— <i>Estrutura lógico-normativa da discricionariedade</i>	756
<i>VI</i>	— <i>Conceito de discricionariedade</i>	761
<i>VII</i>	— <i>Limites da discricionariedade</i>	761
<i>VIII</i>	— <i>Extensão do controle judicial</i>	765
	<i>a) Exame dos motivos, 766; b) Exame da finalida-</i>	

de: o desvio de poder, 767; c) Exame da causa do ato, 771

IX — *Conclusão* 772

**Capítulo XVII — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

I — *Introdução* 775

II — *Responsabilidade e sacrifício de direito* 776

III — *Originalidade da responsabilidade pública* 778

IV — *A responsabilidade do Estado
e o Estado de Direito* 781

V — *Evolução da responsabilidade por atos
administrativos* 782

a) *Princípio da irresponsabilidade do Estado*, 783;

b) *Princípio da responsabilidade do Estado*, 784; c)

Responsabilidade subjetiva do Estado, 784; d)

Responsabilidade objetiva do Estado, 787

VI — *Fundamentos da responsabilidade do Estado* ... 788

VII — *Questões capitais sobre a responsabilidade
estatal* 789

VIII — *Os sujeitos que comprometem o Estado* 789

IX — *Caracteres da conduta lesiva ensejadora de
responsabilidade* 791

a) *Danos por ação do Estado*, 792; b) *Danos por*

omissão do Estado, 794; c) *Danos dependentes da*

situação produzida pelo Estado diretamente propi-

ciatória, 799

X — *O dano indenizável* 802

XI — *Excludentes da responsabilidade do Estado* 805

XII — *A responsabilidade do Estado no Brasil*

a) *Introdução*, 807; b) *Evolução normativa da res-*

ponsabilidade do Estado no Brasil, 809; c) *Respon-*

sabilidade subjetiva ou objetiva como regra no

Direito vigente, 812; d) *Responsabilidade patrimon-*

ial do agente por danos a terceiros, 815; e) *Res-*

ponsabilidade estatal na jurisprudência brasileira,

817

ÍNDICE REMISSIVO 821